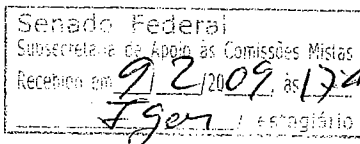




CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS



MPV-455

00065

<b>data</b> 09/02/2009	<b>proposição</b> Medida Provisória nº 455, de 2009
---------------------------	--

<b>autor</b> Senador Flávio Arns – PT/PR	<b>nº do prontuário</b>
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. X Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--------------	---

<b>Página</b>	<b>Arts.</b> 30	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
---------------	--------------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA Nº

Acrescenta-se à Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, o seguinte artigo 2º - A

“Artigo 2º A –

Incluem-se entre os beneficiários do PNATE, nos termos do art. 2º desta Lei:

- os estudantes da educação básica da modalidade da educação especial, residentes na zona urbana e matriculados em escolas públicas, comunitárias ou filantrópicas conveniadas com o Poder Público.
- os estudantes do ensino médio público residentes na zona rural ou urbana de um município e matriculados em escola de outro município adjacente.
- os estudantes de ensino médio público residentes a mais de três quilômetros da escola onde estão matriculados, em cidades não servidos por transporte coletivo urbano.

JUSTIFICAÇÃO

Igualdade de condições pressupõe o reconhecimento do Estado em promover mecanismos de modo a garantir o acesso e a permanência na escola de todos os cidadãos. Trata-se de igualdade moral, isto é, se entendermos que a educação é um direito de todos e dever do Estado.

Portanto é incumbência moral do Estado reconhecer que estudantes com comprometimentos físico, mental e em desvantagem econômica, são juridicamente, portadores dos mesmos direitos que provem do Poder Público e que define sua dignidade como pessoa humana.

Desta forma, A inclusão dos estudantes acima citados justifica-se tendo em vista o princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, previsto no art. 206 da Constituição Federal.

Senador FLÁVIO ARNS

